

Limites e possibilidades de uma nova história cultural

Márcia Janete Espig*

Abstract

The present article intends to discuss some of the most important characteristic of the call New Cultural History . Dialoguing with some of its most representative authors and some of its hardest critics, it looks for to demonstrate that the idea of theoretical poverty credited to this line is erroneus, being due actually to a differentiated perception about the paper of theory in the construction of historical knowledge.

Word key: New Cultural History; theoretical discussion; subjectivity.

Resumo

O presente artigo propõe-se a discutir algumas das características mais importantes da chamada Nova História Cultural. Dialogando com alguns de seus autores mais representativos e alguns de seus críticos mais ferrenhos, busca demonstrar que a idéia de indigência teórica creditada a esta linha é errônea, devendo-se na verdade a uma percepção diferenciada sobre o papel da teoria na construção do conhecimento histórico.

Palavras-chave: Nova História Cultural; discussão teórica; subjetividade.

A Nova História Cultural, herdeira direta da História Social dos anos 60 e 70, desenvolveu-se nos anos 80 e coloca-se hoje como uma tendência de peso dentro da historiografia contemporânea. Embora seja tributária do alargamento de problemas, abordagens e objetos tipicamente vinculados aos Annales, a Nova História Cultural não está restrita a tal influência, possuindo também uma importante vertente que situa-se dentro do âmbito marxista. Internamente, esta não pode ser qualificada como uma "escola", no sentido estrito do termo, uma vez que sob o mesmo rótulo convivem posturas teóricas

* Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

e metodológicas as mais variadas. Aparentemente um "saco de gatos", à Nova História Cultural podem ser creditadas algumas características unificadoras que a definem enquanto tendência, como o privilégio dado a estudos sobre a cultura, compreendida através de um conceito antropológicamente estendido, a crítica a determinadas formas de cientificismo, e um resgate da subjetividade que abrange não somente o agente histórico, mas também a reflexão sobre o papel do historiador e as formas de subjetividade presentes em seu trabalho.

Abrigando em seu interior uma ampla variedade de correntes teóricas, a Nova História Cultural tem recebido constantes críticas no sentido de não possuir um marco teórico sólido. Vista por vezes como um simples modismo, freqüentemente relacionada à Nova História e à História das Mentalidades, a Nova História Cultural herdou não apenas alguns de seus interesses e objetos, como também algumas das mais pesadas críticas que incidiam sobre estas. Cabe nos perguntar : será real esta situação de indigência teórica, ou manifestará apenas alterações na própria forma de conceber-se o apoio teórico ao trabalho historiográfico?

Não há dúvida que algumas afirmações parecem confirmar a crítica apontada acima. Robert Darnton declara sua dificuldade em desenvolver reflexões filosóficas, sentindo-se mais seguro ao enfrentar os "problemas concretos" dos arquivos e das fontes. "*No rechazo la reflexión teórica, pero no soy filósofo. Soy un hombre de oficio, y tengo más confianza en los capítulos en que desarrollo el tema que en la introducción y la conclusión en que me esfuerzo por explicar mi trayectoria.*"¹

Por sua vez Carlo Ginzburg, ao investigar a existência de um paradigma que denominou "indiciário", posicionou-se contrariamente a uma orientação "galileana", quantitativa e ligada aos métodos das ciências ditas "duras". Segundo ele, um estatuto científico forte é indesejável para as formas de saber ligadas à experiência cotidiana e que preocupam-se com a análise de dados qualitativos. O que importa, para o paradigma indiciário, é o que chama de "rigor flexível", sem regras formais rígidas.²

Magali Engel, após traçar um breve quadro sobre a história cultural e algumas das características de seu desenvolvimento atual, conclui: "(...) *as reflexões em torno dos objetos da história de um*

¹ BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger; DARNTON, Robert. Diálogo a propósito de la historia cultural. In: HOURCADE, Eduardo et al. *Luz y contraluz de una historia antropológica*. Buenos Aires: Biblos, 1995. p. 81-97. Citação à página 95.

² GINZBURG, Carlo. Sinais : Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo : Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

modo geral e, particularmente, dos fatos culturais, não podem se fazer prisioneiras de um excessivo rigor teórico-metodológico sob pena de se tornarem extremamente simplistas e reducionistas."³

A autora afirma a necessidade de uma certa dose de ecletismo, no que se refere ao trabalho teórico-metodológico da Nova História Cultural. Porém Engel não esclarece o quão eclética pode ou deve ser uma proposta teórica razoável. Este tipo de proposta, pouco precisa, pode desembocar em uma certa confusão teórica, capaz de conjugar campos epistemológicos diversos ou mesmo contraditórios.

Abre-se espaço, assim, para algumas críticas duras a esta nova tendência historiográfica, como as enunciadas por Emília Viotti da Costa.⁴ Segundo ela, trata-se de uma corrente preocupada em demolir as abordagens tipicamente estruturalistas dos anos 60, contrapondo à antiga ênfase nas forças históricas objetivas uma ênfase superestrutural que preocupa-se unicamente com a subjetividade dos agentes históricos. Neste percurso, o criticável reducionismo econômico de algumas vertentes estruturalistas teria sido substituído por um determinismo cultural ou lingüístico. O processo de liquidação das abordagens tradicionais, de acordo com Viotti, acabou levando ao descrédito e abandono de todos os modelos teóricos. As questões teóricas teriam sido colocadas em um segundo plano, ao passo em que o empirismo teria sido valorizado não como um momento necessário da teoria, mas como um fim em si mesmo.

Tais afirmações pintam um quadro por demais sombrio sobre a Nova História Cultural. Se, por um lado, podemos afirmar que atualmente existe uma enorme desconfiança quanto às chamadas "grandes teorias", e quanto a sua capacidade explicativa, por outro isto não significa a ausência total de cuidados teóricos por parte dos historiadores culturais. A revalorização do trabalho de pesquisa empírica, que vem se operando sob uma influência antropológica, está recolocando para o historiador a importância deste momento dentro de seu processo de trabalho. Hoje, a discussão teórica pura e abstrata não encontra espaço. A teoria - ou melhor, as teorias - já não devem ser tratadas com rigidez extrema, mas serem depuradas e refinadas no contato com o material empírico.⁵ Se antes o real era

³ ENGEL, Magali Gouveia. História da cultura : buscas e caminhos. *Revista Ágora*, Niterói, v. 01, n. 1, p. 30-38, 1993. A citação foi extraída da página 36.

⁴ COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida : 1960-1990. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 9-26, 1994.

⁵ Referindo-se especificamente à contribuição teórica da antropologia social, embora tal afirmação possa ser estendida à teoria de forma geral, insiste Thompson : "Las categorías o 'modelos' derivados de un contexto deben ser probados, refinados y quizás reformados en el curso de la investigación histórica(...)." THOMPSON, E.P. *Folklore, antropología e historia social. Entrepasados*, Buenos Aires, v. 2, n. 2, p. 63-86, 1992. Citação à página 64.

tomado como um mero exemplo para justificar uma teoria abstrata, no momento atual ele encontra-se questionando e freqüentemente enriquecendo ou modificando a teoria. Neste sentido, o empirismo é tomado não como um fim em si mesmo, mas sim como um corretivo contra o abstracionismo. A opinião de Carlo Ginzburg é ilustrativa:

*(...) as questões teóricas quando desligadas de pesquisas concretas, não têm nenhum interesse para mim, pois é de certa maneira fazer uma falsa teoria. (...) para participar da produção científica devemos partir de um problema que conhecemos de primeira mão, somente assim podemos levantar questões teóricas e contribuir no debate científico.*⁶

Inserido em uma tradição materialista, encontramos E.P.Thompson questionando o modelo marxista de base e superestrutura. Segundo ele, não é possível descrever um modo de produção em termos econômicos apenas, deixando de lado, como se fossem menos "reais", elementos como as normas socialmente aceitas e a cultura. Conclui o historiador inglês, "*Cuando nos ponemos a examinar cualquier sociedad real, descubrimos rapidamente, o deberíamos descubrir, la inutilidad de imponer tal división [entre a base e a superestrutura].*"⁷ Ou seja, Thompson também valoriza o diálogo entre os aspectos empíricos e a teoria. Além disso, considera que o trabalho teórico do historiador deve situar-se no campo da própria história e não em outro qualquer, como no campo da filosofia. Cabe à teoria histórica o refinamento de conceitos, noções e categorias como instrumentais para a produção do conhecimento histórico, através do diálogo entre uma tese - o conceito ou hipótese - e sua antítese - a determinação objetiva não teórica.⁸

Desvendado o papel do empirismo dentro das preocupações teóricas de alguns historiadores culturais, que pensar, porém, de seu ecletismo? Como já afirmamos, é difícil demarcar as fronteiras entre um ecletismo que traga elementos positivos ao fazer histórico e o limite em que este congrega campos epistemológicos por demais diversos.⁹ Embora uma dose de flexibilidade possa ser considerada

⁶ GINZBURG, Carlo. A história e a micro-história : uma entrevista com Carlo Ginzburg. *LPH/Revista de História*, Ouro Preto, v. 1, n. 1, p. 1-6, 1990. Citação à página 4.

⁷ THOMPSON, E.P. Op. Cit., p. 79.

⁸ BEZERRA, Holien Gonçalves. Thompson e a teoria. *Projeto História*, São Paulo, n. 12, p.119-127, 1995.

um benefício ao trabalho do historiador, que com isso não encontrasse amarrado a uma teoria estática e limitadora, o grau possível de ecletismo é bastante limitado, devendo ser manipulado com cuidado pelos profissionais. A teoria continua desempenhando papel imprescindível. Como destaca Elias Thomé Saliba:

“(...) a desconfiança (justificada) em relação às ‘grandes teorias’ não deve levar à eliminação completa da reflexão teórica. A atividade teórica não é um fim em si mesma, ela pode e deve cumprir o seu papel indispensável na produção de um conhecimento legítimo, isto é, argumentável e verificável.”¹⁰

A atitude dos historiadores frente à teoria mudou. Hoje, a ortodoxia tem sido rejeitada em favor de marcos teóricos mais suscetíveis à críticas e a reformulações. Seja esta a nova fórmula que irá solidificar-se e basear o trabalho historiográfico daqui por diante, seja apenas um momento que antecipa alguma nova síntese, somente o tempo poderá dizer.

Caso venha a existir esta nova síntese teórica, podemos ter certeza de que nela encontraremos presente a contribuição de outras disciplinas. Tradicionalmente a ciência histórica tem incorporado colaborações teóricas e metodológicas de outras ciências, tais como a economia, filosofia, sociologia, geografia, psicologia, etc. Com o advento da Nova História Cultural, porém, e a preocupação crescente com relação aos temas vinculados à cultura, uma nova parceira tem recebido grande atenção por parte dos historiadores: a antropologia. Esta nova parceria tem se revelado bastante frutífera, influenciando inúmeros trabalhos. As formas de apropriação assumidas pelos historiadores, entretanto, tem variado bastante; da mesma forma, inexistente uma matriz teórica antropológica única. Também neste campo, de confluência entre história e antropologia, não há regras fixas ou modelos precisos a serem seguidos.

⁹ Neste sentido é interessante a autocrítica de Margareth Rago, ao reconhecer o “casamento impossível” que operou ao aproximar Michel Foucault e E.P. Thompson, em *Do cabaré ao lar*. Enquanto através da contribuição de Foucault minimizava-se a ação do sujeito e descartava-se a importância de sua ação consciente, com Thompson evidenciavam-se os homens agindo e fazendo sua história, a despeito das estruturas. RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea. *Anos 90*. Porto Alegre, v.1, n.1, p. 121-143, 1993. Posteriormente a autora resolveu seu dilema epistemológico fazendo a opção pela contribuição de Michel Foucault. Possivelmente Foucault seja um dos autores que mais se presta a este tipo de apropriação pontual ou eclética - especialmente no que se refere ao conceito de poder disciplinar. Este aspecto é trabalhado por O'BRIEN, Patrícia. A história da cultura de Michel Foucault. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 33-62.

¹⁰ SALIBA, Elias Thomé. Mentalidades ou história sócio-cultural; a busca de um eixo teórico para o conhecimento histórico. *Revista Margem*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 29-36, 1992.

Um primeiro aspecto a ser mencionado é a influência da antropologia sobre a própria alteração do conceito de cultura. Atualmente os historiadores têm tomado este conceito em um sentido muito mais amplo. Embora continuem as dificuldades na definição de expressões como cultura popular ou cultura erudita, os objetos de estudo abordados pelos historiadores da cultura sofreram uma notável ampliação.

Mentalidades, atitudes, valores, crenças, mitos, representações, códigos de comportamento e rituais são vistos como instrumentos que propiciam a compreensão de uma realidade social. Ao afastar-se, porém, de uma definição estreita mas precisa de cultura, os historiadores devem colocar-se uma primeira questão: se a cultura está em toda a parte, haverá necessidade de uma história cultural?¹¹ De forma semelhante, Lynn Hunt indaga: “*Onde estaremos quando todas as práticas, sejam elas econômicas, políticas ou sociais, revelarem ser culturalmente condicionadas?*”¹² Trata-se do perigo apontado por Viotti - ou seja, a transformação do cultural em um novo determinismo ou reducionismo.¹³ Perigo evitável, no entanto, se mantivermos uma reflexão teórica que contemple a relação entre a cultura e o universo social.

O relacionamento entre os historiadores e a antropologia tem sido bastante variável. Enquanto alguns revelam-se extremamente cuidadosos em sua aproximação, outros são mais suscetíveis ao seu apelo teórico. Ilustrando o primeiro caso, encontramos E.P. Thompson e sua atitude cautelosa frente à antropologia.¹⁴ Resumindo sua postura frente a esta disciplina, o autor afirma:

*(...) el estímulo antropológico no surte su efecto en la construcción de modelos, sino en la localización de nuevos problemas, en la percepción de problemas antiguos con ojos nuevos, en el énfasis sobre normas o sistemas de valores y rituales, en la atención a las funciones expresivas de las diversas formas de motín y revuelta, y en las expresiones simbólicas de la autoridad, el control y la hegemonía.*¹⁵

¹¹ Dilema apontado por BURKE, Peter. Abertura : a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da história : novas perspectivas*. São Paulo : Editora da Unesp, 1992. p. 7-37.

¹² HUNT, Lynn. Apresentação : história, cultura e texto. In: _____. (org.). Op. Cit., p. 1-29. A citação está na página 13.

¹³ COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit., p. 12 e seguintes.

¹⁴ Apontada por DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E.P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn (org.). Op. Cit., p. 63-96.

¹⁵ THOMPSON, E.P. Op. Cit., p. 64.

Para Thompson, os aportes teóricos da antropologia não são capazes de substituir os pressupostos da própria ciência histórica, embora possam proporcionar uma "nova visão" sobre um antigo problema. Estes limites são colocados pela própria concepção de história deste autor, que engloba o processo e a transformação, aspectos não contemplados pela antropologia. Seria um problema, para este historiador inglês, conciliar as características diacrônicas da história - que criou e refinou vários conceitos, como capitalismo, ideologia e classe social, através da análise das regularidades repetidas através do tempo - com a indiferença pela noção de processo histórico típico das disciplinas sincrônicas, como a antropologia.¹⁶ Daí a apropriação cautelosa empreendida pelo historiador inglês.

Num outro extremo encontramos a utilização feita pelo historiador americano Robert Darnton. Partidário de uma "história antropológica", este autor e seu livro *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*¹⁷ foram alvo de inúmeras críticas desde sua publicação original, em 1984, em um debate que prolonga-se até hoje.¹⁸ Notadamente influenciado por Clifford Geertz, Darnton tentou trazer para o campo da história as conquistas da antropologia simbólica deste autor, mesmo admitindo a inexistência de uma metodologia muito clara. Quanto à difícil tarefa a que se propõe, que é de interpretar a maneira de pensar dos agentes históricos, afirma: "*Es cosa que pide tacto, olfato, simpatía por los otros, pero que no dispone de una metodología mui precisa.*"¹⁹ A noção de opacidade, tão importante para Darnton, também não cumpre este papel metodológico; trata-se, segundo ele, de um "convite" que determina como será a "viagem" aos arquivos.²⁰

Influenciado pelo conceito de "descrição densa" de Geertz, através do qual as culturas devem ser "lidas" como se fossem um texto, Darnton produziu, segundo Giovanni Levi, estudos históricos nos quais o contexto de referência torna-se rígido como um fundo imóvel. Tomado como um texto único, o contexto é o mesmo tanto ao início quanto ao final da investigação, perdendo assim a história o elemento de transformação temporal. Além disso, completa Levi, esta espécie de atividade hermenêutica acaba sendo apresentada como um fim em si mesma, uma vez que a investigação não possui um

¹⁶ Ibid., p. 77.

¹⁷ DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro : Graal, 1986.

¹⁸ Em 1995, uma publicação reuniu os principais trabalhos de crítica e debate gerados a partir deste livro. HOURCADE, Eduardo et al. Op. Cit.

¹⁹ DARNTON, Robert. De la historia de las mentalidades a la historia cultural. Entrevista com Robert Darnton, por Patrícia Nettel. In: HOURCADE, Eduardo et al. Op. Cit., p. 180.

²⁰ BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger; DARNTON, Robert. Op. Cit., p. 95.

critério geral de validade e relevância, nada agregando ao já conhecido.²¹ Tratam-se, sem dúvida, de críticas bastante severas, que acabam por incidir não apenas sobre a obra de Darnton, mas também sobre os fundamentos antropológicos enunciados por Geertz.²²

Como destaca Aletta Biersack, tanto a antropologia quanto a história são, hoje, redutos de "fermentação teórica", onde tradições diferentes enfrentam-se, cruzam-se e unem-se.²³ A influência entre ambas as disciplinas tem sido recíproca. Prova disto é a síntese pretendida por Marshall Sahlins, que tenta romper os próprios limites entre a análise sincrônica, antropológica, e a análise diacrônica, típica dos estudos históricos. Sahlins quer resgatar, para a análise cultural, o acontecimento, a transformação, e, para a história, quer resgatar a análise estrutural, através de uma síntese indissolúvel entre sincronia e diacronia.²⁴ A contribuição de Sahlins tenta demolir com o principal obstáculo entre as disciplinas - ou seja, a própria noção de tempo, diferenciado em ambas - ao demonstrar que a cultura não é estabilidade ou mudança, mas as duas coisas ao mesmo tempo. Dialeticamente, afirma: "Toda mudança prática também é uma reprodução cultural."²⁵

As respostas dos historiadores culturais frente ao estímulo antropológico, como tentamos demonstrar, têm sido variadas. A antropologia tenta despertar uma nova sensibilidade frente à peculiaridade e à diferenciação dos fenômenos históricos, trazendo para o historiador um novo olhar sobre o passado. Tomando o agente histórico como um "estranho", o historiador tentará, com o auxílio da antropologia, apreender seu ponto de vista de forma semelhante ao estudo do antropólogo frente ao "nativo". Neste sentido é central o trabalho de resgate da subjetividade dos agentes históricos.

A partir da contribuição de Fernand Braudel à nova historiografia francesa, criou-se uma tradição de análise bastante ligada ao estru-

²¹ LEVI, Giovanni. Los perigos del geertzismo. In: HOURCADE, Eduardo et al. Op. Cit., p. 73-80.

²² Embora alguns aspectos da obra de Geertz, como seu conceito de cultura, tenham se tornado uma referência bastante importante dentro da Nova História Cultural, algumas impropriedades são hoje reconhecidas, como destaca BIRSACK, Aletta. Saber local, história local: Geertz e além. In: HUNT, Lynn. Op. Cit., p. 97-130. Para uma crítica contundente à hermenêutica cultural do autor feita por um antropólogo, ver GOMES Jr, Guilherme Simões. A hermenêutica cultural de Clifford Geertz. *Revista Margem*, São Paulo, v. 1, n. 1, p.37-46, 1992.

²³ BIRSACK, Aletta. Op. Cit., p. 99.

²⁴ *Ibid.*, p. 114.

²⁵ SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 180. Com esta proposta, Sahlins tentaria resolver o dilema teórico apontado por Thompson, quanto à contradição entre sincronia e diacronia.

turalismo. Evidenciando basicamente os aspectos de continuidade e de permanência de elementos estáveis dentro de períodos muito longos, esta tendência radicalizou-se, e o acontecimento, a mudança e a ação do sujeito histórico foram quase esquecidos. Transformado em um mero epifenômeno da estrutura, o agente perdia a possibilidade de uma ação dinâmica e criativa. Reagindo a este determinismo, coube aos historiadores culturais demonstrar que o sentido conferido ao mundo é subjetivamente construído pelos agentes através de representações, e que estas não são necessariamente simples reflexos das estruturas objetivas da sociedade. O resgate da sociologia compreensiva, de Max Weber, tem sido importante justamente neste sentido.

Para Weber, a sociologia define os fenômenos sociais a partir das condutas individuais, ou seja, o ponto de partida da análise sociológica será dado através da ação de indivíduos, e será, portanto, individualista quanto ao método. As estruturas sociais não possuem, segundo ele, um sentido intrínseco, mas terão o sentido que os próprios indivíduos imprimirem às suas ações. Embora Weber não defina o que entende por "sentido", está claro que não acredita em um sentido objetivamente "correto", que possa ser definido como "verdadeiro". Weber refere-se ao sentido subjetivamente visado pelo agente. Para o agente, o motivo é o fundamento da ação. Como o objetivo do cientista social é compreender a ação, a reconstrução do motivo será fundamental, pois figura como causa da ação e pode ajudar a explicá-la.²⁶

No embate entre objetivismo e subjetivismo, os historiadores têm dado atualmente preferência ao resgate deste último. Elaborando a crítica a determinadas formas de "cientificismo", autores como Bronislaw Baczko colocam-se contrários as tradições intelectuais que desprezavam as idéias, representações, imaginários, crenças, mitos e ilusões dos homens como se estas fossem algo ilusório ou quimérico.²⁷ Segundo ele, é através destes elementos que os agentes conferem sentido ao mundo - e, portanto, devem ser valorizados enquanto objeto de estudo.

Este resgate da subjetividade dos agentes históricos, porém, não deve significar um novo reducionismo, sob pena da história tornar-se uma "confusão de subjetividades".²⁸ Os aspectos subjetivos convivem, de forma dialética, com os aspectos objetivos da realida-

²⁶ COHN, Gabriel. Introdução. In: *Weber*. (coleção Grandes Cientistas Sociais) São Paulo : Ática, 1986. p. 7-34.

²⁷ BACZKO, Bronislaw. *Los imaginários sociales - memorias y esperanzas coletivas*. Buenos Aires : Ediciones Nueva Visión, 1991.

de social. Desconhecer esta característica significaria recair no extremo oposto das análises estruturalistas criticadas.

O autor que melhor resume esta postura dialética é o sociólogo Pierre Bourdieu. A superação da oposição artificial entre estruturas e representações tem sido a intenção mais declarada e constante de seu trabalho. Embora criada artificialmente, trata-se de uma oposição radical : enquanto o conhecimento objetivista entende que o conhecimento científico é obtido apenas mediante uma ruptura com as representações primeiras, para o subjetivismo o mundo social é reduzido às representações que delas fazem os agentes.²⁹ Para resolver este dilema, Bourdieu propõem um tipo de abordagem epistemológica que pretende articular o ator e a estrutura sociais, o qual denomina conhecimento praxiológico.

(...) os dois momentos, o objetivista e o subjetivista, estão numa relação dialética e que, por exemplo, mesmo se o momento subjetivista parece muito próximo (...) ele está separado do momento objetivista por uma diferença radical : os pontos de vista são apreendidos enquanto tal e relacionados a posições dos respectivos agentes na estrutura.³⁰

Portanto, para Bourdieu, as ciências sociais devem tomar como objeto não apenas a realidade, as condições objetivas, mas também a percepção, os pontos de vista, as perspectivas que se referem a esta realidade.

Outro aspecto importante das atuais reflexões é o reconhecimento, por parte dos profissionais da história, de que o produto de seu trabalho não é tão "objetivo" quanto se supunha anteriormente. Por muito tempo reinou entre os historiadores, de forma declarada ou velada, a máxima de Ranke segundo a qual caberia ao historiador contar os fatos "como eles realmente aconteceram", em uma narrativa sem tendências viciosas e que satisfizesse a todos os leitores. Atualmente, este ideal é considerado irrealista. Não podemos evitar olhar o passado sob um ponto de vista próprio, relativo a nossos preconceitos e nossa experiência de vida. Como afirma Peter Burke, "*Nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, es-*

²⁸ COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit., p. 14.

²⁹ BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e Poder Simbólico. In: _____. *Coisas ditas*. São Paulo : Brasiliense, 1990. p. 149-168.

³⁰ Ibid., p. 152.

quem as e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra."³¹

Uma obra de história, hoje, não é considerada idealmente como a "voz da história", mas sim como uma interpretação, uma representação produzida por um historiador sobre um determinado tema e sob um determinado enfoque.

O reconhecimento de que o historiador não detém o monopólio do saber histórico, mas sim que enuncia uma versão, tem aproximado perigosamente a história à ficção. Evidencia-se, segundo Roger Chartier, um desafio à história enquanto ciência. Para este autor, a percepção de que a história é sempre uma narrativa, "*organizada com base em figuras e fórmulas que as narrações imaginárias mobilizam*", levou alguns autores a concluir pela não distinção entre ficção e história.³² Sob esta perspectiva, defendida por autores como Hayden White, a história traria em si tanto conhecimento do real quanto um romance. A diferenciação dos discursos históricos viria, portanto, apenas de suas propriedades formais. Entra em cena, assim, a teoria literária, disciplina cuja influência vem aumentando significativamente sobre a história dos últimos anos.³³

Chartier, porém, nos recorda que a história ambiciona o estatuto de conhecimento científico. O historiador não faz literatura, mesmo quando escreve de forma literária, pois seu trabalho encontra-se determinado por uma dupla dependência: com relação aos arquivos, isto é, às fontes que referem-se ao passado, e com relação aos critérios de cientificidade e às operações técnicas típicas de seu ofício.³⁴ "*(...) a história é um discurso que aciona construções, composições e figuras que são as mesmas da escrita narrativa, portanto da ficção, mas é um discurso que, ao mesmo tempo, produz um campo de enunciados 'científicos'(...).*"³⁵

Ou seja, para Chartier o reconhecimento de que a história escrita é uma representação e, como tal, possui elementos de subjetividade, não significa o fim da história ciência. Permanece a ambição e a possibilidade de construção de um conhecimento científico e teoricamente informado.

³¹ BURKE, Peter. Op. Cit., p. 15.

³² CHARTIER, Roger. A história hoje : dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994. Citação à página 109.

³³ Para uma análise dos desafios levantados frente à história pela teoria literária, bem como uma percepção da diversidade de propostas existentes neste domínio, ver KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica : o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, Lynn (org.). Op. Cit., p. 131-173.

³⁴ *Ibid.*, p. 110.

³⁵ *Ibid.*, p. 111.

Como afirmou Peter Burke, "*O acordo tradicional sobre o que constitui uma boa explicação histórica foi rompido.*"³⁶ Inexiste um consenso ou mesmo regras rígidas que indiquem ao historiador uma fórmula a ser seguida em seu trabalho. Dentro da Nova História Cultural, em especial, encontramos uma diversidade teórica que prima justamente pela ausência de ortodoxias. Isto não significa, no entanto, que se devam abraçar reducionismos ou determinismos de qualquer espécie, ou mesmo que o auxílio teórico deva ser deslocado para um segundo plano. Significa, isto sim, que a teoria reveste-se hoje de uma maior flexibilidade. Retirar desta flexibilidade teórica todo o seu potencial, sem recair, porém, em síntese esdrúxulas ou em um empirismo exacerbado : eis aí o atual desafio do historiador da cultura.

³⁶ BURKE, Peter. Op. Cit., p. 33.